



30 de Outubro de 2011

## SERVIÇO SOCIAL

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

### INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
  - Preencher para cada questão apenas uma resposta
  - Preencher totalmente o espaço  correspondente, conforme o modelo:
  - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
  - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.  
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 3 horas



-----  
Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO



## PARTE ESPECÍFICA

1. Indique qual é a finalidade do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).

- A) Prover atenção sociassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.
- B) Retirar jovens e adolescentes da situação de rua e de abandono, em confronto com os Conselhos Tutelares.
- C) Promover o acolhimento institucional ou familiar de crianças e adolescentes afastadas temporariamente de sua família de origem.
- D) Prestar serviços a comunidade com jornada de oito horas diárias.
- E) Garantir proteção, em casas de abrigo especiais à criança e a adolescentes contra abusos praticados por seus responsáveis legais.

2. Considerando a natureza dos serviços de Proteção e atendimento integral à família – PAIF, avalie as assertivas que seguem:

- I. Consiste num serviço que tem por princípio norteador a universalidade e a gratuidade de atendimento. Pode ser realizado nos CRAS e na rede de Proteção Social Básica.
- II. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisição das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com ação de caráter preventivo, protetivo e proativo.
- III. A articulação dos serviços sociassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços.
- IV. Consiste no trabalho social de caráter pontual, com a finalidade de fortalecer a família com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Está(ão) **CORRETAS**:

- A) Apenas as assertivas II e III.
- B) Apenas as assertivas I e II.
- C) Apenas a assertiva I.

D) Todas as assertivas.

E) Apenas a assertiva II.

3. Na PNAS e no SUAS, a matricialidade familiar significa que o foco da proteção social está na família, princípio ordenador das ações a serem desenvolvidas pelo poder público.

Dado esse contexto, avalie as assertivas:

- I. Para a proteção social de assistência social o princípio da matricialidade sócio-familiar tem como um de seus significados a família, considerada núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e proteção social.
- II. Família é considerada um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados a seus membros, mas com necessidade de ser cuidada e protegida.
- III. O conceito de família significa a união formada por casamento, a união estável entre o homem e a mulher, bem como a comunidade de qualquer um dos genitores com seus parentes.
- IV. A família tende a ser vista sob a perspectiva de perda de funções, de autonomia e da própria capacidade de ação, cabendo ao Estado o papel de regulador da vida privada.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas II e IV.
- B) Apenas as assertivas I e III.
- C) Apenas a assertiva I.
- D) Todas as assertivas.
- E) Apenas as assertivas I e II.

4. A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, garante:

- I. Segurança de acolhida e social de renda.
- II. Matricialidade sociofamiliar.
- III. Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social.
- IV. Segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.
- V. Territorialização e proteção pró-ativa.
- VI. Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.



Está(ao) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, IV e V.
- B) Apenas as assertivas I, II e III.
- C) **Apenas as assertivas I, II, IV e V.**
- D) Todas as assertivas.
- E) Apenas a assertiva II.
5. Os Centros de Referência de Assistência Social são instituídos no contexto de implantação do Sistema Único de Assistência Social como um equipamento do Estado. Sobre o CRAS, analise as alternativas abaixo e marque a **CORRETA**:
- A) O CRAS é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e por atender a famílias desestruturadas e de baixa renda.
- B) **O CRAS, além de ser responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), deve articular-se com a rede de proteção social local, organizar e coordenar a rede socioassistencial no território.**
- C) Crianças ou adolescentes em situação de violência ou negligência são acompanhados pelas equipes dos CRAS, após notificação junto ao Conselho Tutelar do Município.
- D) O CRAS é implantado na região mais central do município para facilitar o acesso da população.
- E) O CRAS deve coordenar as entidades do território de referência que prestam serviço ao Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF).
6. Tomando como referência o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, marque **(V)** para as questões verdadeiras e **(F)** para as questões falsas:
- ( ) Trata-se de Instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.
- ( ) O Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

- ( ) O Governo Federal, por meio de um sistema de pesquisa nas residências, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, possibilita ao poder público formular e implementar políticas específicas; no entanto, não se verifica ainda a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.
- ( ) O Cadastro Único, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal como o Bolsa Família.
- ( ) O Cadastro Único pode ser utilizado pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades.

Assinale a alternativa que contém a sequência **CORRETA**:

- A) F, V, F, V, V
- B) F, V, V, V, V
- C) V, F, V, V, V
- D) **V, V, F, V, V**
- E) F, V, F, V, F
7. Segundo dados do Ipea e da FGV, entre 2003 e 2009, 27,9 milhões de pessoas superaram a pobreza e 35,7 milhões ascenderam a classes sociais mais elevadas. O índice da população vivendo em situação de pobreza caiu de 12% para 4,8% entre 2003 e 2009. O Programa Bolsa Família (PBF) e os Benefícios Socioassistenciais, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cumpriram um papel importante na redução da pobreza no Brasil. Sobre o PBF e o BPC, analise as assertivas que seguem.
- I. O Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal 10.836/04, unifica os programas nacionais de transferência de renda do governo federal e o cadastramento único e destina-se à população em extrema pobreza.
- II. Famílias que recebem o Programa Bolsa Família não podem ser incluídas no Benefício de Prestação Continuada, já que a renda ultrapassa o teto de  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo per capita.
- III. A concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família depende do cumprimento de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar



de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular.

- IV. O Benefício de Prestação Continuada é executado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), podendo gerar pensão mensal vitalícia aos herdeiros, a depender de avaliação social.
- V. O Benefício de Prestação Continuada, destinado aos idosos e pessoas com deficiência que comprovem não ter condições de prover sua subsistência, é composto também pelos auxílios natalidade e funeral.

Está(ão) **CORRETA**:

- A) Apenas as assertivas I e II.
- B) Apenas as assertivas IV e V.
- C) Apenas as assertivas III e IV.
- D) **Apenas as assertivas I e III.**
- E) Apenas a assertiva III.
8. A Política Nacional de Assistência Social orienta a formulação e execução dos serviços, benefícios, programas e projetos. Sobre o acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais, analise as proposições abaixo:
- I. A centralidade na família orienta a concepção e a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
- II. São beneficiários da política de assistência social indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal e social.
- III. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atende a famílias cujos membros não desenvolveram suas capacidades protetivas e apresentam situação de violação de direitos, como abuso sexual de crianças e adolescentes.
- IV. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas do Estado, organizados como referência e contrarreferência dados os níveis de complexidade da política no acesso aos direitos socioassistenciais.
- V. Um dos objetivos da assistência social é prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial a famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

Está(ão) **CORRETA**:

- A) Apenas as proposições I, III e V.
- B) Apenas as proposições II e III.

- C) Todas as proposições.
- D) Apenas as proposições I, II e V.
- E) **Apenas as proposições I, II, IV e V.**

9. De acordo com a Lei 10.741 – do Estatuto do Idoso - capítulo I, no que diz respeito ao direito à vida, é **CORRETO** afirmar:

- A) O envelhecimento é um direito coletivo e sua proteção um direito social, nos termos dessa lei e da Constituição.
- B) **É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.**
- C) São iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, idosos ou não, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- D) O direito à vida é inerente à pessoa humana. Esse direito deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado dele.
- E) É obrigação do Estado garantir proteção à pessoa idosa desde que em situação de abandono e risco.

10. Os conselhos tutelares são órgãos criados a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente conforme prescreve o artigo 131. Assim é **CORRETO** afirmar que:

- I. O Conselho Tutelar (CT) tem como características centrais ser permanente, ter autonomia e não ter a jurisdicionalização de seus atos. Deve desenvolver uma ação contínua. As ocorrências que envolvam os direitos das crianças e dos adolescentes deverão ser atendidas de imediato e, por isso, o conselho não pode prescindir a continuidade de seus trabalhos, apenas há a renovação de seus membros a cada três anos.
- II. Em consonância com o Conselho Tutelar em Curitiba existe atendimento provisório a crianças e adolescentes afastados de suas famílias, em lares acolhedores que oferecem atenção, carinho e cuidados necessários, sem perder de vista a reintegração familiar. As famílias acolhedoras são cadastradas na Vara da Infância e da Juventude,



orientadas e acompanhadas pela FAS. O acolhimento acontece conforme estipulado no artigo 33 do ECA,

- III. O Conselho Tutelar deverá ser informado pelo Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre todas as instituições registradas para atuar no atendimento à criança e ao adolescente (artigo 4).
- IV. O CT não tem caráter duradouro, apresenta-se como um órgão público que integra o ordenamento econômico do país. A característica da autonomia está relacionada à independência no exercício das atribuições do órgão que delibera e atua na aplicação de medidas previstas no artigo 101 do ECA.
- V. O CT geralmente está subordinado administrativamente a outro órgão público. Depende, por exemplo, financeiramente de alguma secretaria municipal ou das subprefeituras. Nesse sentido cabe à comunidade fiscalizar os trabalhos desse órgão.

São **VERDADEIRAS** apenas as afirmações:

A) I, II e V

B) I, II e IV

C) I, III e V

D) I, II, III e I

E) II e V

11. A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, visa garantir a proteção integral à criança e ao adolescente.

Marque **(V)** para as verdadeiras e **(F)** para as falsas:

- ( ) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- ( ) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Ministério da Saúde assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- ( ) É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de

Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

- ( ) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 4 (quatro) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- ( ) A criança e o adolescente têm direito à educação, como garantia ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA**:

A) V, F, V, V, V

B) F, V, V, V, V

C) **V, F, F, F, V**

D) F, V, F, V, V

E) F, V, F, V, F

12. Atente para a Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA-, para avaliar as assertivas abaixo:

- I. Consideram-se menores em situação irregular os carentes, abandonados, inadaptados e infratores.
- II. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo insuficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.
- III. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer um deles bem como seus descendentes.
- IV. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
- V. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, asseguradas as convivências familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias e entorpecentes.

Está(ão) **CORRETA**:

A) Apenas as assertivas I, II e III.

B) Apenas as assertivas I e II.

C) **Apenas a assertiva I.**



D) Todas as assertivas.

E) Apenas a assertiva II.

13. A Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha - cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Assim, é **CORRETO** afirmar:

A) O poder público vai desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

B) A lei busca a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, tendo em vista erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos conselhos de violência doméstica e familiar contra a mulher; e altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal.

C) Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana nesse sentido, a lei vai tentar assegurar as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

D) Poderá ser assegurada às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

E) A violência psicológica contra mulheres, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, isolamento, vigilância constante ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

14. Em 2005 foram estabelecidas as Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil (BRASÍLIA, 8/12/2005). Para tanto, foram estabelecidos 10 direitos socioassistenciais.

Dado esse contexto avalie as assertivas abaixo. Em seguida marque **(V)** para as questões verdadeiras e **(F)** para as questões falsas:

( ) Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: direito de todos e todas usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.

( ) Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: direito do cidadão e cidadão de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.

( ) Direito de equidade social e de manifestação particular: direito do cidadão e da cidadã de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível coletivo de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

( ) Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: direito à igualdade e à completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

( ) Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: direito do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida, a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, somente na família biológica, e a ter precedência do convívio social e comunitário ante às soluções institucionalizadas.

Assinale a alternativa que contém a sequência **CORRETA**:

A) V, V, V, V, V

B) F, V, F, V, F

C) V, F, V, F, V

D) V, V, F, V, V

E) F, F, F, V, F





15. Considerando as atribuições dos Conselhos de Assistência Social, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Aprovam o plano municipal e a proposta orçamentária da área e do plano de aplicação do fundo municipal.
- B) Os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento.
- C) Deliberam sob a ótica e em consonância com as propostas e diretrizes elencadas pelas conferências de assistência social.
- D) **Normalizam, disciplinam, acompanham, executam e avaliam os serviços de assistência social, definindo os padrões de qualidade de atendimento.**
- E) Estabelecem os critérios para o repasse de recursos financeiros.

16. Quando uma entidade ou organização solicita seu registro junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, um assistente social, na condição de Secretário Executivo, deverá prestar orientações técnicas, considerando a legislação em vigor. Considere esse contexto para analisar as alternativas abaixo, e em seguida indique qual a **CORRETA**:

- A) **Se a entidade for de atendimento, as atividades deverão ser desenvolvidas de forma permanente, continuada e planejada na prestação de serviços, programas, projetos e benefícios, sendo que os serviços deverão estar de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.**
- B) Não cabe registro de entidades de defesa de direitos socioassistenciais, já que apenas atuam na defesa dos direitos, na construção de novos direitos e na promoção da cidadania, e não no atendimento.
- C) Organizações de assessoramento aos usuários e organizações de usuários vinculam-se ao Centro de Referência de Assistência Social, onde devem ser registradas.
- D) Não compete mais ao Conselho Municipal de Assistência Social realizar o registro das entidades ou organizações de assistência social, cabendo a elas observar em seus estatutos a área principal de atividade para então solicitar sua inscrição junto ao respectivo Ministério.

E) Apenas entidades de atendimento deverão apresentar no ato do registro um Plano de Ação, cabendo ao órgão gestor a fiscalização das atividades desenvolvidas.

17. Em relação ao processo de controle social, ou seja, da participação da comunidade, o que possibilita a população, através de seus representantes, definir, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas de saúde, é possível afirmar:

- A) O controle social ocorre através da participação dos cidadãos; assim foram criados espaços privados. Trata-se dos conselhos gestores e das conferências. Instituído pela LOAS, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é órgão municipal que está à frente desse processo.
- B) Controle Social é a garantia operacional de que a população, através de suas entidades representativas, participará do processo de formulação das políticas de saúde e de assistência social e do controle da sua execução, nos níveis municipal e estadual.
- C) No SUS a participação deve acontecer nos Conselhos Locais de Saúde, com representação igualitária de usuários, governo, profissionais de saúde e prestadores de serviço. Outra forma de participação são as conferências de saúde, mensais, para definir prioridades e linhas de ação sobre a saúde.
- D) Um dos aspectos fundamentais da assistência social brasileira é o controle das ações desenvolvidas. Destacado na Lei Orgânica de Saúde, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), o exercício do controle social implica o planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.
- E) **A gestão da assistência social brasileira é acompanhada e avaliada tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, igualmente representados nos conselhos nacional do Distrito Federal, estaduais e municipais de assistência social. Esse controle social consolida um modelo de gestão transparente em relação às estratégias e à execução da política.**

18. Em relação aos Movimentos Sociais e à importância do terceiro setor, dos direitos sociais e do trabalho comunitário do Assistente Social, é possível afirmar que:





- A) A existência de um direito social determina que se tenha acesso a ele como tal. O direito não existe formalmente, mas, dependendo da forma como se usufrui dele, transforma-se num objeto de favor, doação, mas não de constrangimento e troca.
- B) O trabalho do Serviço Social não possui na raiz profissional os dilemas da alienação e das determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores. O exercício profissional exige a mediação do mercado de trabalho, por tratar-se de uma atividade assalariada. O Serviço Social no campo do "terceiro setor" vive um paradoxo, no sentido de reconhecer o espaço das ONGS e a filantropia empresarial como estratégias de garantia de direitos sociais.
- C) Não há como negar o que a realidade impõe ao trabalhador assalariado, de modo que é necessário estar atento aos poucos assistentes sociais inseridos nas ONGs, que têm muita proximidade com o debate acadêmico e com a análise da realidade do cotidiano institucional.
- D) O acesso a um recurso por um cidadão-sujeito social-crítico, consciente, é que transforma o direito formal em direito alienado.
- E) Atualmente vive-se um movimento de refilantropização, que visa à substituição da lógica da cidadania, tendo como base o não reconhecimento dos direitos sociais historicamente conquistados, pois está alicerçada num discurso humanitário da solidariedade e da filantropia, alavancado por uma moralidade de ajuda aos necessitados. É preciso frisar ainda que essa perspectiva fortalece a lógica do favor em detrimento do direito.
19. Quanto à Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, é **CORRETO** afirmar:
- A) Constitui-se num sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.
- B) Constitui-se numa política de Saúde.
- C) Constitui-se numa política de Assistência Social.
- D) Constitui-se numa política pública de Seguridade Social.
- E) Constitui-se num sistema nacional de segurança social.
20. As seguintes políticas constituem o tripé da Seguridade Social no Brasil:

- A) Previdência social, educação e assistência social.
- B) Saúde, educação e assistência social.
- C) Previdência social, saúde e educação.
- D) Assistência social, previdência social e saúde.
- E) Saúde, assistência social e trabalho.

21. Segundo Iamamoto, a Gestão e o Planejamento em Serviço Social exigem que o profissional de Serviço Social deva ser:

- I. Culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil.
- II. Informado, crítico e propositivo, que aposte no amorfismo dos sujeitos sociais. Contrário ao trabalho instrumental técnico-operativo, capaz de realizar ações profissionais, aos níveis de assessoria; planejamento; compra e venda; pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais.
- III. Hábil em elaborar, executar e avaliar projetos de natureza social envolvendo grupos, comunidades, associações, organizações populares, entidades sociais e serviços referenciados às políticas públicas de atuação profissional.
- IV. Um estrategista, que saiba planejar sua ação, estabelecer objetivos, metas, estratégias, assim, as respostas profissionais devem-se efetivar com uma postura crítica de acordo com as expectativas de seu contratante, de modo a atuar como gestor exclusivamente no campo social.
- V. Um gestor dentro do processo administrativo, que organiza e prepara as estruturas e integra os recursos aos órgãos incumbidos da administração, estabelecendo as atribuições e a relação entre eles. Assim, o assistente social pode atuar como gestor, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, requisitado para atender às demandas advindas da sociedade do capital.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) II, III e V
- B) I, III e V
- C) I, II e IV



D) I, II e V

E) I, II, III e V

22. O planejamento social constitui-se num processo metódico e permanente de organização de demandas, ações, recursos, tempo, que assumem caráter estratégico para o alcance de finalidades e objetivos que emergem na realidade social. Programas e projetos são desdobramentos de um planejamento social mais abrangente. Nesse sentido, podemos afirmar que:

A) O desenvolvimento de um projeto passa por três momentos essenciais, com características próprias: planejamento, execução e monitoramento e avaliação.

B) A avaliação constitui-se sempre na etapa final das ações desenvolvidas.

C) Um projeto não deve durar mais que um ano.

D) Um projeto social depende exclusivamente da condição política e da capacidade técnica dos envolvidos.

E) Um programa não deve envolver mais de um projeto.

23. A intersetorialidade nas políticas sociais significa:

A) A descentralização das ações em vários setores da gestão.

B) A interlocução e articulação das políticas públicas setoriais para alcance de objetivos comuns.

C) A organização setorial as diversas políticas sociais.

D) A setorização das ações em unidades internas de planejamento e gestão.

E) A distribuição das ações públicas em políticas sociais setoriais conforme necessidades específicas.

24. A trajetória histórica do Serviço Social, para romper com as bases conservadoras da profissão, passou por várias etapas, fases e processos. Todo esse caminho foi brilhantemente estudado e minuciosamente apresentado no livro **Ditadura e Serviço Social** de José Paulo Netto (São Paulo, Cortez, 2001, 5ª edição). Nessa obra o autor afirma

que “Assim como as outras correntes cuja emergência e confronto animam a renovação do Serviço Social no Brasil, a perspectiva da intenção de ruptura não é um puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira”.

Considerando a relação aos momentos constitutivos da perspectiva da intenção, avalie as proposições abaixo:

I. A emergência visivelmente objetivada dessa perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente pelo grupo de jovens profissionais, que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte”.

II. A crítica ao tradicionalismo profissional, efetivada internacionalmente no campo do Serviço Social a partir de meados da década de 60, teve um dos seus alvos prioritários no universo de valores chancelado historicamente desde o advento da profissão. Nesse universo, os chamados “princípios básicos do Serviço Social” estiveram no centro de uma acurada desmontagem crítico-ideológica, entre eles o *princípio de autodeterminação*.

III. O trabalho de Marilda Villela Iamamoto, que procura compreender o significado social do “exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira”, dada a sua perspectiva de análise, enfoca o Serviço Social como profissão relacionada ao contexto de aprofundamento do capitalismo no país e supõe que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

A) Apenas a proposição I.

B) Apenas as proposições I e III.

C) Apenas a proposição III.

D) Apenas as proposições I e II.

E) Apenas as proposições II e III.

25. Selma Marques Magalhães, em seu livro **Avaliação e Linguagem** (2003), destaca a entrevista como um



importante instrumento utilizado na comunicação oral pelo profissional de Serviço Social. Segundo a autora:

- I. A entrevista implica relacionamento profissional em todos os sentidos: na postura atenta e compreensiva, sem paternalismo; na delicadeza do trato com o usuário do serviço ouvindo-o, compreendendo-o e principalmente “enxergando-o como um sujeito de direito”.
- II. Durante o processo de entrevista, o importante é aquilo que é verbalizado pelo usuário. Gestos olhares e tom de voz são questões subjetivas que não devem ser levadas em conta.
- III. Um bom entrevistador ouve muito e fala pouco, ou seja, faz escuta qualificada.
- IV. As reflexões devem ser estimuladas e conselhos ou críticas evitados.
- V. O profissional, enquanto técnico, tem o direito e o dever de anotar dados importantes dos relatos no decorrer da entrevista, não havendo necessidade de solicitar o consentimento do usuário.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas II e V.
- B) Apenas as afirmativas I e V.
- C) Todas as afirmativas.
- D) Apenas as afirmativas I, II e III.
- E) **Apenas as afirmativas I, III e IV.**

**26.** Eunice Terezinha Fávero em **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos** (2011), define os conceitos de alguns instrumentais utilizados pelo Assistente Social em seu cotidiano. Nesse sentido, as afirmativas abaixo referem-se respectivamente a:

- I. É um processo metodológico específico do serviço social, que tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação (...), objeto da intervenção profissional.
- II. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a situação social analisada, os objetivos, a situação, referenciada e fundamentada, e uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo.
- III. Documento específico elaborado por assistente social, que se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção profissional.
- IV. Diz respeito a uma avaliação ou vistoria, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico de uma determinada área do

conhecimento, que contribua para a tomada de decisão.

V. Documento resultante do processo de perícia social.

- A) Relatório social; parecer social; perícia social; estudo social; laudo social.
- B) Parecer social; laudo social; relatório social; perícia social; estudo social.
- C) **Estudo social; parecer social; relatório social; perícia social; laudo social.**
- D) Perícia social; laudo social; parecer social; relatório social; estudo social.
- E) Laudo social; parecer social; estudo social; relatório social; perícia social.

**27.** Concebemos instrumental como o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nesse sentido, as afirmativas abaixo referem-se a que instrumento?

- I. É elaborado com base na observação e estudo de uma determinada situação.
- II. Subsidiaria a concessão de benefícios sociais, decisões médicas, decisões judiciais etc.
- III. É instrumento de discussão dos direitos sociais, numa perspectiva de inclusão da população usuária das políticas públicas e setoriais.
- IV. Consiste em exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a situação social analisada, os objetivos, a análise da situação referenciada e fundamentada e uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo.

- A) Programa social.
- B) Estudo social.
- C) Projeto social.
- D) **Parecer social.**
- E) Rede social.

**28.** O Código de Ética de 1993, no “Título III “Das Relações Profissionais”, em seu “Capítulo I – Das Relações com os Usuários”, define no art. 5º como deveres do Assistente Social nas suas relações com os usuários:

- A) Discutir com os usuários sobre a utilização dos recursos sociais para evitar deslocamentos



desnecessários na busca de atendimento às suas necessidades.

- B) Garantir plena informação e discussão sobre as possibilidades e as consequências das situações apresentadas pelos usuários, estabelecendo relação democrática, posicionando-se quando a decisão do usuário conflita com os valores e as crenças individuais do profissional.
- C) Manter sob sua guarda as informações colhidas nos estudos e pesquisas junto aos usuários, tendo presente que essas informações poderão não ser bem compreendidas por eles.
- D) Estabelecer com os usuários relações respeitadas e distanciadas.
- E) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.

29. No que se refere ao sigilo profissional, avalie as assertivas abaixo:

- I. O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
- II. Em trabalho multidisciplinar o assistente social deverá partilhar irrestritamente todos os seus registros profissionais socializando informações e pareceres.
- III. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- IV. Quando intimado para comparecer perante a autoridade competente para prestar depoimento, fica o assistente social desobrigado do sigilo profissional.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas II e III.
- B) Apenas as assertivas I e IV.
- C) Apenas as assertivas I e III.
- D) Apenas as assertivas II e IV.
- E) Apenas as assertivas III e IV.

30. Considere e analise as afirmações abaixo, sobre os direitos do/a assistente social inscritos no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

- I. Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados nesse Código, assim como livre exercício das atividades inerentes à Profissão.
- II. Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.
- III. Viabilidade do local de trabalho e publicação de arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional assim como desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- IV. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, exigindo a participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.
- V. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

Está(ão) **CORRETA(S)** somente as afirmações:

- A) I, II e V
- B) I e III
- C) I e IV
- D) I, II e III
- E) II e IV

## POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

31. Na Política Nacional de Assistência Social-PNAS (2004) e na NOB (2005), a Proteção Social Básica refere-se a ações preventivas que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção e possuem um caráter mais genérico e voltado prioritariamente para a família. Assim é **CORRETO** afirmar que:

- A) A indicação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - é de que as ações socioassistenciais de proteção social básica serão realizadas, prioritariamente, pelas Unidades de Saúde da Família como porta de entrada dos sistema.
- B) Os pisos estabelecidos na Norma Básica-NOB/SUAS diferenciam-se para cada tipo de



proteção social. É preciso ter clareza de quais são os direitos da Assistência Social que serão executados nas modalidades de proteção básica e especial, pois sua configuração definirá o montante de recursos que cada município, estado e/ou DF receberá de recursos.

- C) A realização da proteção social não requer o estabelecimento de articulação dos serviços socioassistenciais com a proteção social garantida pela educação, previdência e demais políticas econômicas, de modo a estabelecer programas amplos e preventivos que assegurem o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos direitos sociais.
- D) A NOB (2004) visa desenvolver potencialidades, aquisições e garantir o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se somente a populações em situação de vulnerabilidade social.
- E) O Conjunto CESS/CRASS participou ativamente dos processos de discussão e debates para elaboração da PNAS, da NOB/SUS e da NOB/RH, tendo elaborado e encaminhado ao CNAS diversas sugestões para a NOB/RH, muitas das quais ainda não foram incluídas no documento final.
- 32.** De acordo com a NOB-2005, a rede socioassistencial é:
- A) Um conjunto de serviços assistenciais, voltado à família, que se opera de forma articulada na proteção social básica e especial e por níveis de complexidade.
- B) Um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública e da sociedade, que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de proteção social sob a hierarquia básica, especial e por níveis de complexidade.
- C) Uma unidade estatal que desenvolve ações integradas na família.
- D) A ação da rede socioassistencial se dá por meio da pactuação efetiva entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- E) Um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público, com a primazia na oferta de serviços, programas e projetos que tem sua articulação com as unidades de prevenção dos problemas de maior risco sócia,as quais e que devem ser operacionalizados por unidades públicas assistenciais.

- 33.** A presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS - busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Considerando esse tema, avalie as afirmativas:

- I. Visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejo de superar a situação atual.
- II. A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto municipal, em que devem ser detalhadas as atribuições e as competências dos dois níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais.
- III. A PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação e deve sobrelevar a prática do controle social, o que adquire uma relevância crucial, já que a essa área é agregado um atributo torpe de campo de favores políticos e caridade.
- IV. Para a construção da PNAS precisam-se levar em conta três vertentes de proteção social: as políticas, as suas circunstâncias e, entre elas, seu núcleo de apoio primeiro, a família.
- V. A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social, tem duplo efeito: o de suprir, sob dado padrão pré-definido, um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I, III e V
- B) II, IV e V
- C) I, II e IV
- D) **I, III e V**
- E) I, II, III, IV e V
- 34.** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é definido e regulado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04) pela Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS/05, além de outras normativas e portarias de atualização. Sobre o SUAS pode-se afirmar:
- I. O SUAS é um modelo de gestão descentralizado e participativo e garante a organização e a





regulação das ações assistenciais em todo o território nacional.

- II. A assistência social é organizada no âmbito do SUAS por tipos de proteção, sendo diferenciada em inicial, básica e plena.
- III. O SUAS foi uma deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2003.
- IV. A proteção social básica é ofertada apenas pelas unidades estatais para garantir a primazia do Estado na oferta dos serviços.
- V. A vinculação das entidades ao SUAS é o reconhecimento de que as entidades compõem a rede socioassistencial, sendo que as entidades de acolhimento são consideradas de alta complexidade.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II e IV.
  - B) Apenas as assertivas I, III e V.
  - C) **Apenas as assertivas III e V.**
  - D) Apenas as assertivas I e V.
  - E) Todas as assertivas.
- 35.** A Lei Federal 12.101/09, que dispõe sobre as entidades beneficentes de assistência social, e o Decreto n. 7.237/10 estabelecem mudanças na organização da atuação das entidades no Brasil. Sobre as mudanças principais, analise as alternativas marque a **CORRETA**:
- A) Os pedidos de concessão e de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) passam a ser realizados no âmbito dos respectivos Conselhos Nacionais de Assistência Social, Educação e Saúde, e não apenas no Conselho Nacional de Assistência Social.
  - B) As Entidades prestadoras de serviços socioassistenciais solicitam o Certificado de Entidade Beneficente (CEBAS) diretamente no Conselho Municipal de Assistência Social, que efetua o registro e encaminha o pedido ao Conselho Nacional de Assistência Social.
  - C) Entidades prestadoras de serviços socioassistenciais que são mistas, por também desenvolverem serviços de outras políticas, solicitam o Certificado de Entidade Beneficente diretamente (CEBAS) no Conselho Nacional de Assistência Social, que encaminha o protocolo aos respectivos Ministérios.

D) Apenas as entidades de saúde solicitam o Certificado de Entidade Beneficente (CEBAS) diretamente no Conselho de Saúde e as demais no Conselho Nacional de Assistência Social.

E) **Os pedidos de concessão originária e de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) passam a ser protocolados junto aos Ministérios de Saúde, de Educação ou de Desenvolvimento Social, conforme a área de atuação da entidade e considerando a legislação em vigor.**

**36.** A Norma Operacional da Assistência Social - NOB/SUAS/05 - aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, pela Resolução n. 130 de 2005, estabelece um novo modelo de gestão descentralizada e participativa para assistência social em todo o território nacional. Sobre essa nova lógica analise as assertivas abaixo:

- I. A NOB/SUAS/05 institui uma nova lógica de habilitação dos municípios, que são designados de gestão estadual quando não se habilitam ao SUAS, e seus recursos passam a ser executados pelo Fundo Estadual de Assistência Social.
- II. Segundo a NOB/SUAS/05, a gestão da assistência social é organizada em níveis diferenciados, podendo ser inicial, básica ou plena.
- III. Municípios e estados são habilitados ao SUAS pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB), conforme o nível de gestão, com definição de requisitos e incentivos previstos na NOB/SUAS/05.
- IV. A NOB/SUAS/05 institui o sistema de pisos para o financiamento, com repasses automáticos e regulares, fundo a fundo.
- V. Mesmo os municípios em gestão inicial devem cumprir o art. 30, da Lei Orgânica de Assistência Social, que trata da criação e do funcionamento dos Conselhos e Fundos Municipais de Assistência Social e da elaboração do Plano de Assistência Social.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) **Somente as assertivas II, IV e V.**
  - B) Somente as assertivas I, II e IV.
  - C) Somente as assertivas II, III, e IV.
  - D) Somente as assertivas IV e V.
  - E) Somente a assertiva IV.
- 37.** A Política Nacional de Assistência (PNAS/04), aprovada pela Resolução n. 145 de 2004, do





Conselho Nacional de Assistência Social, introduz a concepção de proteção social para a política de assistência social.

Sobre a organização da política na lógica da proteção social, analise as questões abaixo e indique a **CORRETA**:

- A) A proteção social introduzida na PNAS/04 indica que a assistência social coordena as demais políticas públicas de proteção, no âmbito municipal, tendo em vista os atendimentos de outras demandas que não são apenas de vulnerabilidade social.
- B) Na PNAS/04, a assistência social possui o caráter de proteção social, devendo garantir a segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar.
- C) A proteção social definida na PNAS/04 significa que os séricos possuem um caráter de ação social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- D) A proteção social prevista na PNAS/04 expressa a proteção apenas nas situações de violação dos direitos, sendo estas referenciadas nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS).
- E) A diretriz da proteção social significa Defesa Social para a garantia da segurança de acolhida e de sobrevivência nos casos de calamidades públicas.

38. Em que consiste o Sistema Único da Assistência Social - SUAS- ?

- I. O SUAS é um programa de gestão da assistência social que organiza o atendimento às necessidades sociais, por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos.
- II. O SUAS é um modelo de gestão para os municípios, que se articula com as demais políticas sociais no ambiente da proteção social brasileira.
- III. O SUAS é um sistema público que institui um modo de gestão compartilhada, o co-financiamento, a cooperação técnica entre os três entes federativos, hierarquizando as ações, uniformizando conceitos e estabelecendo lugar próprio da rede socioassistencial.
- IV. O SUAS instaura em todo o território brasileiro o mesmo regime geral de gestão e alcance da assistência social com a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a assertiva II.

B) Apenas as assertivas I e II.

C) Apenas a assertiva I.

D) Todas as assertivas.

E) Apenas as assertivas III e IV.

39. A Lei 8.742/93, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS - é regida por princípios que orientam o novo pacto federativo na implementação dessa política. Assinale a questão que corresponde às diretrizes da Política de Assistência:

- A) Universalização dos direitos sociais, participação da sociedade civil e municipalização.
- B) Descentralização político-administrativa, territorialização dos serviços e participação popular.
- C) Descentralização político-administrativa para os entes federados, participação por meio das organizações representativas e primazia da responsabilidade do Estado.
- D) Descentralização político-administrativa, municipalização e controle social.
- E) Descentralização, territorialização dos serviços socioassistenciais e matricialidade sociofamiliar.

40. A Lei 8.742/93, Lei Orgânica de Assistência Social, regulamenta a organização dessa política pública no Brasil. Sobre a definição da assistência social, como Política de Seguridade Social na LOAS, é **CORRETO** afirmar:

- A) A assistência social é política não contributiva de Seguridade Social, que provê os mínimos sociais, sendo realizada por um conjunto integrado de ações públicas e pela sociedade.
- B) A assistência social é política universal, contributiva pelo acesso dos usuários aos benefícios assistenciais.
- C) A assistência social é política não contributiva, considerando se o acesso aos serviços, e contributiva em relação aos benefícios, tendo em vista as condicionalidades previstas no programa Bolsa Família.
- D) A assistência social é política contributiva considerando-se o pagamento indireto de impostos pelo conjunto da população.
- E) A assistência social é política universal de Seguridade Social, realizada pela rede de proteção social básica e especial e é contributiva por ser financiada pela Seguridade.



EM BRANCO